

DIÁRIO **OFICIAL**



Prefeitura Municipal
de
Cipó



ÍNDICE DO DIÁRIO

LEI

LEIS

EXTRATO

EXTRATO



LEIS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 E-mail: gabinete.cipo@gmail.com

LEI Nº 318 DE 01 DE JUNHO DE 2022.

"REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 113, DE 26 DE MARÇO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CIPÓ, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO

Art. 1º Fica reestruturado, na forma desta lei, o Conselho Municipal de Saúde de Cipó, Estado da Bahia, criado pela Lei nº 113/1991, observadas as disposições do inciso I, do artigo 15 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõem sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e a Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde, de 10 de maio de 2012.

Art. 2º O Conselho de Saúde é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de governo, integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº [8.142/90](#).

Parágrafo único. Como subsistema da Seguridade Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde de Cipó, órgão colegiado de caráter deliberativo e paritário, de natureza permanente, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal da Saúde - SMS, compete:

I – Fomentar a participação e controle social promovendo mobilização em defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ. JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-mail:** gabinete.cipo@gmail.com

- II** – elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III** - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;
- IV** – avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes do Plano de Saúde Municipal;
- V** – deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;
- VI** – propor medidas para o aperfeiçoamento da organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde do Município de Cipó;
- VII** – avaliar a participação do setor complementar de saúde na prestação dos serviços de assistência a população;
- VIII** – deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;
- IX** – propor sobre diretrizes e prioridades a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde, adequando-as às realidades do Município;
- X** – participar da programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;
- XI** – fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;
- XII** – fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos próprios transferidos ao Município, com base no que a lei disciplina;
- XIII** – acolher, encaminhar e acompanhar, propostas e denúncias apresentadas por qualquer cidadão e/ou instituição; além de responder a consultas sobre assuntos pertinentes ao CMS no Município de Cipó;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ. JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-mail:** gabinete.cipo@gmail.com

XIV – analisar e emitir parecer a respeito do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal da Saúde, do Relatório Anual de Atividades e dos Relatórios Quadrimestrais elaborados pela Secretaria Municipal de Saúde confrontando-os com o Plano Municipal de Saúde;

XV – acompanhar a articulação entre a Secretaria Municipal da Saúde e as instituições de ensino, prioritariamente as públicas e/ou filantrópicas, com a finalidade de estabelecer prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuadas de recursos humanos do Sistema Único de Saúde - SUS, assim como o incentivo à pesquisa e à cooperação técnica entre as instituições;

XVI – estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XVII – eleger representantes para a composição de comissões intersetoriais e/ou grupos de trabalhos integrados com secretarias, órgãos competentes e entidades representativas da sociedade civil.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º A participação da sociedade organizada, garantida na legislação, torna os Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da política de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros. A legislação estabelece, ainda, a composição paritária de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados.

I - O Conselho Municipal de Saúde de Cipó - será composto de acordo com a Lei Federal nº 8.142, de 23/12/1990, da Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área de saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, no total de 12 membros, a saber:

a) 50% de representantes de entidades de Usuários dos Serviços de Saúde, descritos por: representante de associações de bairros, de associações comunitárias e de moradores; representante de entidades de movimentos sociais e populares; representante de entidade de pessoas com deficiência física e/ou deficiência intelectual, mental e transtornos do espectro autista; representante de entidades de portadores de doenças crônicas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ. JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-mail:** gabinete.cipo@gmail.com

representante de entidades religiosas; representantes de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais, por fim toda a sociedade civil organizada.

b) 25% de representantes de profissionais de saúde, descritos por: representante de conselhos regionais e associações de profissões da saúde; representante de sindicatos e federações de profissões da saúde; representante de serviços de saúde estabelecidos no município que ofereçam campo de estágio, pesquisa e extensão.

c) 25% de representantes da Gestão e Prestadores de Serviços Públicos e Privados, descritos por: representante da Secretaria Municipal da Saúde; representante de entidades de Prestadores de Saúde Públicos e Privados com ou sem fins lucrativos; representante de outras Secretarias Municipais, desde que seja de interesse à Saúde dos municípios e do Conselho Municipal de Saúde.

II - As entidades, movimentos e instituições eleitas no Conselho de Saúde terão os conselheiros indicados, por escrito, conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com a sua organização, com a recomendação de que ocorra renovação de seus representantes.

§ 1º Para cada conselheiro titular haverá um suplente que substituirá o titular em suas faltas ou impedimentos provisórios e, no caso de vacância, assumirá a condição de titular.

§ 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos.

§ 3º A cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, devem promover e incentivar a renovação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas entidades representativas.

III - A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde, não poderá ser representante dos (as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as).

IV - A ocupação de funções na área da saúde que interfiram na autonomia representativa do Conselheiro (a) deve ser avaliada como possível impedimento da representação de Usuário(a) e trabalhador(a) e, a juízo da entidade, indicativo de substituição do Conselheiro(a).

V - A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, não será permitida nos Conselhos de Saúde.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ. JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-mail:** gabinete.cipo@gmail.com

VI- As funções como membro do Conselho de Saúde não serão remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto, garante a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, ressalvados a possibilidade de indenização com hospedagem, alimentação, passagens rodoviárias ou aéreas, para o Conselheiro que se deslocar da sede do Município a serviço ou para participar de cursos, seminários, congressos ou eventos de capacitação profissional, que possua estrita relação com área de atuação e/ou atribuições do CMS.

VII - O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente.

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 5º A Secretaria Municipal de Saúde garantirá autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico;

I - Cabe ao Conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;

II - O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, ligada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão;

III - O Conselho Municipal de Saúde decidirá sobre o seu orçamento;

IV - o Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno;

V - as reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade;

VI - o Conselho de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias. As comissões poderão contar com integrantes não conselheiros;

VII - o Conselho Municipal de Saúde constituirá uma Mesa Diretora eleita em Plenário, composta dos seguintes membros:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ. JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-mail:** gabinete.cipo@gmail.com

- a) Presidente;
- b) Vice-presidente;
- c) Secretário(a);
- d) Secretário(a) adjunto.

VIII - as decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos:

a) entende-se por maioria simples o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes;

b) entende-se por maioria absoluta o número inteiro imediatamente superior à metade de membros do Conselho;

c) entende-se por maioria qualificada 2/3 (dois terços) do total de membros do Conselho.

IX - qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente;

X - a cada 03 (três) quadrimestres deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012;

XI - os Conselhos de Saúde, com a devida justificativa, buscarão auditorias externas e independentes sobre as contas e atividades do Gestor do SUS; e

XII - o Pleno do Conselho de Saúde deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-lhes publicidade oficial. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho de Saúde com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
GABINETE DO PREFEITO

ENDEREÇO: PÇ. JURACY MAGALHÃES S/N | TEL: (75) 3435-1023 | CEP: 48450-000 | CIPÓ-BA
CNPJ: 13.808.936/0001-95 **E-mail:** gabinete.cipo@gmail.com

Art. 6º Aplica-se no que couber as disposições e Resoluções do Plenário do Conselho Nacional de Saúde.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 113, de 26 de março de 1991, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cipó-Ba, em 01 de junho de 2022.

JOSÉ MARQUES DOS REIS
Prefeito Municipal



EXTRATO



ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CIPÓ
CNPJ/MF 13.808.936/0001-95

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CIPÓ. CONTRATADA: SELCORP LICITAÇÕES S/A. CNPJ/MF: 29.945.708/0001-05. OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DENOMINADO SELCORP, PARA O PROCESSAMENTO DE PREGÃO E DISPENSA ELETRÔNICA, COM OPERAÇÃO EM CONFORMIDADE COM O DECRETO FEDERAL Nº 10.024/19, POR INTERMÉDIO DA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) MESES A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA. VALOR TOTAL: R\$ 0,00. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93. LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 053/2022.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2022

O MUNICÍPIO DE CIPÓ, ESTADO DE BAHIA, representado pelo Prefeito Municipal, torna pública a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 006/2022, celebrado com a empresa DIELUB COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.822.986/0001-18, para fins de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato de 7,734% (sete inteiros e setecentos e trinta e quatro milésimos por cento), com efeito retroativo a 12 de maio de 2022, do valor unitário atualizado do item 1, com fulcro no art. 58, §2º c/c art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93. Cipó/BA, 13 de maio 2022. José Marques dos Reis - Prefeito Municipal.